

Moção contra o “Orçamento de Estado para 2014”

O Orçamento de Estado para 2014, aprovado pelos partidos da maioria parlamentar PSD/CDS, vem retirar aos municípios portugueses, em relação às transferências em 2013, cerca 50,9 milhões de euros nas transferências para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma redução de 17,6 milhões de euros no quadro do IRS, acrescido, ainda, segundo a Lei do Orçamento de Estado para 2014, no seu artigo nº 92, a retenção, pelo Estado, de 0,1 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Segundo este Orçamento de Estado, configura-se a continuação do incumprimento da Lei das Finanças Locais que só nos últimos anos retirou aos cofres do Município de Castro Verde cerca de três milhões e quatrocentos mil euros, verba que representa uma importante fatia na quebra de receitas do Município com origem no Orçamento de Estado, afectando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.

Estes cortes sucessivos a que vimos assistindo, estão associados a um conjunto de decisões legislativas que vêm, ao longo dos últimos anos, limitando de forma inconstitucional a autonomia do poder local.

Paralelamente, a natural diminuição do investimento municipal resultante da contínua diminuição de receitas imposta pela atual política de austeridade do Governo, à qual se adiciona a total ausência de investimento público do Poder Central no concelho de Castro Verde e a diminuição do poder de compra dos funcionários públicos vem, de forma grave, trazer problemas acrescidos ao tecido socioeconómico do concelho.

A Assembleia Municipal de Castro Verde, reunida no dia 20 de Dezembro de 2013, delibera:

- 1- Manifestar o seu forte repúdio contra as gravosas medidas de redução de verbas dos municípios, incluídas no Orçamento de Estado para 2014, que condicionam fortemente a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e do equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento;
- 2- Manifestar a sua profunda indignação pela insensibilidade social e o constante desrespeito que norteia a atuação deste Governo, prejudicando, principalmente, as populações e o particular desenvolvimento dos concelhos de interior;

- 3- Enviar esta moção para a Presidência da República, a Presidência da Assembleia da República, para os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, para a ANMP, para a CIMBAL e para os órgãos de Comunicação Social.

20 de Dezembro de 2013

Os eleitos da CDU

– João Branco –

– Cesaltina Basílio –

– António Jerónimo –